

Ana Paula Coutinho

Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Universidade do Porto

Ana Gabriela Macedo (org.), *Estudos Comparatistas e Cosmopolitismo. Pós-Colonialidade, Tradução, Arte e Género*. V. N. Famalicão: Edições Húmus e Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2017, 250 págs. ISBN: 978-989-755-326-4

A Literatura Comparada como área disciplinar fronteiriça, ou como meta-disciplina, assim como os chamados Estudos Comparatistas, que em grande medida dela irradiam, vivem da sua capacidade de constante auto-crítica e conseqüente redefinição, o que por vezes tem sido interpretado, errônea ou provocatoriamente, como estado terminal.

Ora nem sempre a revisão ou a actualização destas áreas científicas tem provocado um grande impacto na Universidade portuguesa, uma vez que, fruto da organização académica de domínios como a Literatura e a Cultura, que em Portugal têm continuado a privilegiar divisões de base filológica, a reflexão epistemológica e a teorização em torno do comparatismo surgem muitas vezes condicionadas pela investigação e pelo ensino a partir de *corpora* determinados pela divisão ou especialização linguística de investigadores, departamentos e cursos. Mais ainda: a inexistência de quaisquer departamentos de Literatura Comparada (ou de Estudos Comparatistas) nas universidades portuguesas revela bem aquela que tem sido a resistência institucional relativamente ao pleno reconhecimento de uma área académica não apenas secular, como tantas vezes pioneira na interdisciplinaridade e nos estudos interartísticos.

Essa falha tem sido de algum modo colmatada quer pela existência, desde 1986, da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, satélite da congénere Associação Internacional, e dos seus Congressos, quer pelos Centros de investigação especificamente dedicados à Literatura Comparada ou aos Estudos Comparatistas, como é o caso do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa (ILC) da Universidade do Porto, e do Centro de Estudos Comparatistas (CEC) da Universidade

de Lisboa, que seriam criados já quase no dobrar do século xx para o século xxi. No quadro das respectivas dinâmicas, cada um desses Centros de investigação tem procurado não apenas acompanhar, como também fomentar a reflexão teórica em torno do comparatismo, seja através de reuniões científicas e de cursos de pós-graduação envolvendo os respectivos investigadores, seja por via de publicações sobre determinados tópicos ou áreas comparatistas, seja ainda através de traduções de ensaios teórico-críticos considerados fundamentais para o “estado da arte” de problemáticas associadas à Literatura Comparada.

Este breve preâmbulo vem a propósito da entidade que promoveu a edição da obra aqui em foco⁵, o CEHUM – Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – que, embora não sendo por definição um centro de Literatura Comparada, tem nesta disciplina uma das suas áreas privilegiadas de investigação, acolhendo grupos de pesquisa como é o caso do grupo “Género, Artes e Estudos Pós-Coloniais” (GAPS), coordenado por Ana Gabriela Macedo, a quem se deve igualmente a organização deste volume de ensaios em tradução.

Apesar da moldura institucional em Portugal a que atrás me referi, mas tendo em conta aquele que é o interesse crescente por abordagens inter- e transdisciplinares dos fenómenos literário, cultural e artístico, analisados a partir de vários ângulos geográficos e/ou conjugados com algumas problemáticas sociais, uma das principais apostas dos investigadores de Literatura Comparada ou, em geral, dos Estudos Comparatistas, tem sido a selecção e tradução para português de ensaios teóricos e críticos em torno dessas áreas científicas. Haverá de reconhecer-se que se trata de um importante trabalho antológico e tradutológico, que antes de mais vem suprir falhas na formação linguística quer do público universitário, inclusive das áreas das Humanidades e/ou das Ciências Sociais e Humanas, quer dos leitores em geral, interessados por estas matérias, e em relação às quais cada vez menos se encontra resposta nos catálogos das editoras comerciais. Além de tornar acessíveis textos considerados fundamentais sobre uma determinada problemática ou sobre um determinado domínio, e que portanto ajudam os leitores a orientarem-se perante a actual torrente bibliográfica em todos os

⁵ Cujas citações serão identificadas com o respectivo número de página.

domínios, o trabalho da tradução, em virtude das ponderações e opções linguísticas, terminológicas e conceptuais que implica, revela-se também ele próprio crucial para o desenvolvimento das potencialidades da língua portuguesa enquanto língua internacional de conhecimento, e não apenas para efeitos de comunicação no quotidiano.

A introdução de Ana Gabriela Macedo a *Estudos Comparatistas e Cosmopolitismo. Pós-Colonialidade, Tradução, Arte e Género* é muito esclarecedora do *modus operandi* que presidiu a este trabalho de equipa, envolvendo investigadoras do CEHUM, além de proporcionar também uma breve apresentação dos ensaios que integram este volume dividido em três secções: I Comparatismo e Tradução, II Comparatismo e Pós-Colonialidade e III Comparatismo, Arte e Género.

A própria estrutura do livro evidencia assim que o objectivo primeiro desta antologia teórico-crítica foi dar conta de um “estado da arte” dos Estudos Comparatistas na actualidade, a partir de conceitos operatórios como “pós-colonialidade”, “tradução” e “género”, que se não esgotam os domínios congregados em torno da Literatura Comparada, conformam importantes declinações da relação entre Estudos Comparatistas e cosmopolitismo, exactamente porque incluem perspectivas teórico-críticas que se têm revelado cada vez mais presentes e actantes, tanto a nível das práticas artísticas como dos estudos que sobre elas se debruçam.

Assim, parte-se, na primeira secção, do questionar da própria prática comparativa, através de três ensaios que se distanciam de uma ideia naturalizada da comparação como operação cognitiva no abstrato, para pelo contrário sublinharem a importância do seu enquadramento e finalidade processuais. Abre a antologia o conhecido ensaísta argentino, Walter Mignolo, autor de *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad* (2010). Trata-se do intelectual latino-americano e professor na Duke University que mais se tem destacado na denúncia do perpetuar de dinâmicas intelectuais marcadas por uma forma de pensamento colonial. Ainda que possa considerar-se que, por vezes, Mignolo incorre numa oposição demasiado linear entre “académicos comparatistas” e “académicos descoloniais” (p. 22), apresentando uma versão também algo redutora da metodologia comparatista quando a

acusa de pretender apenas identificar semelhanças e diferenças, entende-se bem porque o seu argumento central é defender, enfatizando-a, uma epistemologia de fronteira. Na argumentação de Mignolo só esta pode libertar o investigador da tendência para a equidistância e para a pretensa neutralidade, levando-o a empenhar-se numa compreensão emancipatória da relação entre o conhecimento e a matriz do poder colonial. Por conseguinte, este ensaísta não apenas revê os fundamentos históricos que levaram a Literatura Comparada a impor como universal um conceito regional de Literatura, firmado na Europa do século XVIII, como ainda faz ressaltar o paradigma de colonialidade que a Europa tendeu a esquecer ou a rasurar sob o signo da modernidade e da pós-modernidade. O ensaio de R. Radhakrishnan, um dos principais teóricos pós-coloniais, radicado igualmente nos EUA, aponta para as questões epistemológicas e políticas do comparatismo, sublinhando o facto de a Literatura Comparada não ter uma temática específica (p. 47), e de pressupor sempre uma certa “violência epistémica”, fruto da dissimetria do espaço social que enforma a relação entre Eu e o Outro. Daí que Radhakrishnan (se)interrogue sobre a possibilidade de o projeto comparatista evitar a arrogância centralista, uma inquietação sobre os limites da enunciação e as possibilidades do comparatismo pós-colonial que prolonga de certo modo aquela que era já, na década de 80, a questão colocada por G. Spivak no seu conhecido ensaio “Can the subaltern speak?”.

Já a reflexão da professora da Universidade de Wisconsin, Susan Stanford Friedman, que funciona como uma réplica directa ao ensaio de Radhakrishnan, não refuta o perigo da reafirmação da lógica dominante no acto comparativo, mas utiliza a via da provocação “Porquê não comparar?”, para chamar a atenção que a simples recusa da comparação pode correr o risco de tornar-se numa “romantização do localizado” (p. 70), ou numa ênfase identitária resistente ao cosmopolitismo, tendências que, em seu entender, em nada favorecem a recontextualização das estruturas de referência necessárias ao alargamento do conhecimento.

A mesma estratégia de complementaridade dialógica ou contrapontual nas argumentações aduzidas pelos ensaístas aqui antologizados, encontra-se na sequência dos dois ensaios seguintes, assinados por Emily Apter e Longxi Zhang. A autora de *The Translation Zone* (2005) começa por entregar-se a uma crítica do “universalismo

singular” defendido pelo filósofo Alain Badiou, na medida em que este se revela distante ou indiferente ao “transnacionalismo translacional” em que assentam a teoria da tradução e as formas de comparatismo pós-coloniais, o que não a impedirá de reconhecer riscos no relativismo pós-moderno, pelo que acaba por defender que o desafio da Literatura Comparada “consiste em equilibrar a singularidade da alteridade intraduzível, com a própria necessidade de traduzir” (p. 87). Portanto, uma poética comparativa com futuro não poderá senão conjugar a busca de um certo formalismo unidimensional com uma “política terrena da tradução e da não tradutibilidade” (p. 89). Por seu turno, Longxi Zhang, professor na Universidade de Hong-Kong, critica a ideia da “intraduzibilidade” limitada a uma base filológica da tradução, considerando-a um sinal de narcisismo e essencialismo cultural e linguístico, incompatível com as implicações éticas da tradução. E também Zhang se apoiará no axioma do universalismo literário de Badiou para apostar na “comparação” e na “diferenciação” como processos ontológicos e epistemológicos fundamentais, ainda que sob a alçada permanente da atenção crítica.

Para a abertura da secção seguinte – a mais breve do volume –, dedicada a equacionar o comparatismo com a pós-colonialidade, as organizadoras seleccionaram um excerto de uma obra póstuma de Edward Said, onde o célebre fundador dos Estudos Pós-Coloniais, apontava as fragilidades das bases e das práticas de estudo nas Humanidades, e sem que propriamente lhes imputasse o ónus da resolução dos problemas do mundo contemporâneo, não deixava de insistir na possibilidade, ou melhor na necessidade de uma forma mais democrática de humanismo que, segundo ele, deveria passar quer pela inclusão de uma tradição literária mais abrangente, quer pela apreciação da experiência individual de uma obra estética e ainda por uma (in)formação responsável e auto-crítica capaz de colmatar aquilo que Said denunciava ser uma grande “discrepância entre a nossa prática como humanistas e aquilo que sabemos do mundo como cidadãos e intelectuais” (p. 120).

O ensaio seguinte, de Françoise Lionnet, professora de Literaturas Românicas e de Estudos Africanos e Afro-Americanos da Universidade de Harvard, debruça-se sobre uma adaptação livre em crioulo de *A Tempestade* de Shakespeare, intitulada *Toufann*, da autoria de Dev

Virahsawmy, importante intelectual nas Ilhas Maurícias, que, ao invés de outros escritores de contextos pós-coloniais, caribenhos, mauricianos ou africanos, tem optado por escrever sempre em crioulo e por publicar ou nas Maurícias ou na “democrática World Wide Web”, em acesso livre. Pela análise dos principais recursos utilizados por Virahsawmy em *Toufann*, Lionnet mostra como se está perante um caso exemplar de uma nova lógica, para lá da comum bipolarização entre a cultura local e o cânone ocidental da tradição literária, que não só não abdica da língua crioula como a desenvolve do ponto de vista epistemológico e a faz intervir no horizonte de expectativas do espaço público, por meio da articulação entre entretenimento e teoria.

Na terceira e última secção desta Antologia, a problemática do género é explicitamente convocada para reflectir concepções e práticas do comparatismo. Dando eco à relevância de um conhecimento não só histórico como geolocalizado, começa-se por uma reflexão em torno do mapeamento global da arte feminista dos anos 70, assinada por uma especialista de Arte contemporânea, Marsha Meskimonn, da Universidade de Loughborough (UK). Por via da desconstrução do simples cliché da “evolução” do(s) feminismo(s), e pela chamada de atenção para as práticas colaborativas, Meskimonn procura contribuir para uma cartografia crítica em aberto que, por sua vez, concorre para a reformulação das histórias da arte feminista dos anos 70.

Seguem-se outros ensaios: sobre a *Body Art*, da autora do mais importante estudo sobre a matéria, Amelia Jones, que, sem esquecer as críticas feministas de que a *Body Art* foi alvo, reafirma o seu interesse pelo trabalho de artistas como Menieta, Schneemnn ou Kusama, porquanto lhe permitem repensar a cultura e a subjectividade pós-modernas, enfatizar a componente da troca intersubjectiva na obra de arte, e assim ultrapassar uma visão demasiado prescritiva da arte e da crítica dos anos 80. Em “Pintura, feminismo, história”, Griselda Pollok discute aquilo que considera ser alguns equívocos, como seja a associação do feminismo e da política a conteúdos, ou o espaço conferido às mulheres no modernismo. A propósito, a autora discute dois artigos em especial: um de Andreas Huyssen, “A cultura de massas como mulher: o ‘outro’ do modernismo”, onde o autor, germanista e especialista de Literatura Comparada na Columbia University (NY), defende que a genderização da cultura de massas, além

de apresentar-se como o oposto da “mística masculina” da cultura de elite, acabou sempre por supor uma exclusão das próprias mulheres da cultura de elite e das suas instituições; o outro é o ensaio de Julia Kristeva sobre “O tempo das mulheres”. Daí decorrerá a tese exposta pela própria Griselda Pollock que assenta em dois aspectos, embora complementares entre si: 1. a recusa da polarização entre dois modelos: a feminilidade enquanto diferença absoluta e a feminilidade enquanto ambição da igualdade com os homens, em nome de uma problematização dos conjuntos históricos de diferença texturizada, onde se constroem e negociam as identidades de todas as pessoas; 2. o consciente investimento das feministas em “práticas estéticas” como continuidade da modernidade enquanto “projecto incompleto”, na conhecida leitura de J. Habermas, e como forma de intervenção informada na História, inclusive na História do feminismo ocidental.

O estudo seguinte, de Mary Ann Doane, professora de Estudos Filmicos na Universidade de Berkeley, na Califórnia, sublinha a necessidade de desestabilizar algumas premissas da psicanálise e de visitar as teorias de Jean-Paul Sartre e de Franz Fanon sobre a subjectividade do negro, designadamente a nível da representação cinematográfica, porquanto a despeito da importância histórica e epistemológica das observações daqueles autores, houve neles um silenciamento da condição das próprias mulheres negras.

Encerram o livro dois ensaios de natureza distinta: num caso, uma reflexão/denúncia de cariz autobiográfico da activista chicana, nascida no Texas, Glória Anzaldúa, e no outro, um artigo da psicanalista britânica Joan Rivière. De acordo com aquilo que Ana Gabriela Macedo já havia exposto na introdução, estas escolhas finais, além de corroborarem a estrutura de diálogo que presidiu à construção da antologia, evidenciam uma actualidade que não pode deixar de ser interpeladora para o leitor. Anzaldúa toca na questão do plurilinguismo com que têm de lidar de modo geral todos os sujeitos migrantes, e muito em especial os chicanos e outras pessoas de cor que sofrem no dia-a-dia as consequências económicas e psicológicas do seu hibridismo identitário de mestizos/mestizas, vivido entretanto como forma de alienação, por sobre eles recair um completo silenciamento linguístico-cultural, apesar daquele que foi, em 1965, o seu reconhecimento como colectivo, com a fundação, no Texas, do partido *Raza Unida* (p. 236).

Já o texto de Joan Rivière, datado de 1929, partia da experiência de psicanalista da autora para demonstrar que não existe propriamente diferença entre uma feminilidade genuína e uma feminilidade “mascarada”, cuja função é proteger a mulher ou esconder a masculinidade. Esta leitura viria a ter sobretudo o mérito de ajudar a aprofundar a análise do desejo nas mulheres e a desconstruir a sexualidade feminina.

Percorridos os 13 ensaios reunidos em *Estudos Comparatistas e Cosmopolitismo*, pode concluir-se que eles apresentam contributos teórico-críticos muito pertinentes e estimulantes para a discussão de problemáticas que continuam em aberto no âmbito dos Estudos Comparatistas, pelo que constitui uma referência bibliográfica obrigatória para todos os estudantes nas áreas da Literatura Comparada e Estudos Comparatistas, Estudos Culturais e Estudos de Género, além de todos os domínios artísticos que se cruzam com a Literatura.

Passados *quase* vinte anos da edição da antologia crítica mais abrangente sobre “os novos caminhos da Literatura Comparada”, publicada em Portugal, com o sugestivo e metafórico título de *A Floresta Encantada* (2001), estes *Estudos Comparatistas e Cosmopolitismo*, sem os esgotar porque são efectivamente muitos, vieram dar um importante contributo para esses “novos caminhos”, com a vantagem e a responsabilidade de poderem contar agora quer com outro conhecimento acumulado e uma sensibilidade mais aguda dos enviesamentos eurocêtricos, quer com um notório distanciamento crítico em relação, por exemplo, a certos voluntarismos no revisionismo dos cânones estéticos promovidos por algumas versões de estudos culturais e/ou pós-coloniais.

Naturalmente, a História não pára, e com ela continuará a revisão crítica dos discursos e das problemáticas por eles equacionados. Mas no âmbito de uma consciência localizada do conhecimento, cujas interferências deixou de ser possível ignorar ou subestimar, existe uma dupla questão que fica a pairar após a leitura desta Antologia, e que tem a ver com as implicações epistemológicas, linguísticas, sociais e culturais do facto de todos os ensaios aqui reunidos terem origem no universo académico e editorial norte-americano ou anglo-saxónico. Até que ponto isso configura uma inevitabilidade? Como poderá ou deverá ela ser ultrapassada? Oxalá estas perguntas não sejam entendidas como retóricas.